

Mais mulheres trabalhadoras, menos desigualdades?*

Miriam De Toni**

Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Rio
Grande do Sul e Pesquisadora da Fundação de Economia e
Estatística (FEE)

Sheila Sara Wagner Sternberg***

Engenheira Química, Pesquisadora da FEE

Resumo

O mundo do trabalho configura importante campo da vida social para a construção da autonomia, constituição da identidade pessoal, reconhecimento social e acesso aos bens de consumo. Portanto, as maiores dificuldades das mulheres na inserção no mercado de trabalho, frente aos homens, refletem ausência de equidade e reproduzem as desigualdades de gênero, interpondo vulnerabilidades. Assim sendo, o estudo objetiva analisar as condições de inserção feminina no mercado de trabalho e sua evolução no período 1999-2013, na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), utilizando dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego na RMPA (PED-RMPA) — levantamento mensal sobre o mercado de trabalho regional. Investiga-se a evolução das desigualdades de gênero no Brasil, em um período de desempenho econômico mais favorável — notadamente entre 2004 e 2010, que apresentou impactos positivos no mercado de trabalho, revertendo a precarização da década precedente. A análise mostrou maior crescimento da formalização dos vínculos empregatícios e dos rendimentos do trabalho para as mulheres, frente aos homens, e queda expressiva da taxa de desemprego feminina. Apesar do progresso na redução das desigualdades de gênero no mercado de trabalho, essas ainda persistem, questiona-se a sustentabilidade dos processos referidos face à desaceleração da atividade econômica ao final do período.

Palavras-chave: mulheres trabalhadoras; desigualdades de gênero; mercado de trabalho metropolitano.

Abstract

The world of work is a field of social life important to the construction of autonomy, development of personal identity, social recognition and access to consumer goods. Therefore, the fact that it is more difficult for women to enter the labor market than it is for men reflects the absence of equity and reproduces gender inequalities, interposing vulnerabilities. Thus, this study aims to analyze the conditions behind women's insertion into the labor market and their evolution from 1999 to 2013, in the Metropolitan Area of Porto Alegre (RMPA), by using data from the Employment and Unemployment Survey in the RMPA (PED-RMPA), a monthly survey on the regional labor market. The paper investigates the evolution of gender inequalities in Brazil, in a period of a more favorable economic performance, notably between 2004 and 2010, which had positive impacts on the labor market, reversing the precariousness of the previous decade. The analysis showed a larger increase in formal employment relations and labor earnings for women than for men and a significant decrease in the female unemployment rate. Despite the progress in reducing gender inequalities in the labor market, differences still persist and, given the slowdown in the economic activity at the end of the period, questions emerge about the sustainability of the processes toward gender equity.

* Artigo recebido em 06 jul. 2015.
Revisora de Língua Portuguesa: Tatiana Zismann.

** E-mail: miriam@fee.tche.br

*** E-mail: sheilasws@yahoo.com.br

As autoras agradecem à Patrícia K. Biasoli, estatística responsável pela Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre (PED-RMPA), a confecção das tabulações especiais da base de dados da Pesquisa, e a Raul Luís A. Bastos a leitura atenta e as sugestões à primeira versão do artigo. As autoras agradecem, ainda, à Camila Lohmann Cauzzi, bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS), o apoio na elaboração de tabelas e gráficos e na revisão final do texto.

Keywords: *Working women; gender inequalities; metropolitan labor market.*

1 Introdução

O mundo do trabalho é um dos campos da vida social de maior importância para a construção da autonomia e a constituição da identidade pessoal, o reconhecimento social e o acesso a bens de consumo, dentre outros fatores.

Sendo assim, o fato de as mulheres apresentarem maiores dificuldades de acesso e inserção no mercado de trabalho, frente aos homens, além de refletir ausência de equidade entre os sexos em outros campos da sociedade — como na família — reproduz as desigualdades de gênero, socialmente construídas.

Nesse sentido, no âmbito do trabalho, as desigualdades de gênero ficam particularmente evidenciadas quando se observam a maior exposição das mulheres ao desemprego, a qualidade das ocupações, as oportunidades limitadas de carreira e a mais baixa remuneração auferida. Todavia, estudos recentes têm constatado que tais desigualdades vêm-se reduzindo, tendo em vista que a evolução dos principais indicadores do mercado de trabalho tem mostrado ganhos importantes para as mulheres em suas condições de inserção na força de trabalho. Ainda assim, persistem desigualdades, o que reforça a necessidade de prosseguir-se na busca pela equidade de gênero, através de políticas públicas e sociais (Galeazzi, 2013; Martins; Bandeira; Caputo, 2014).¹

São tais circunstâncias que embasam o estudo ora desenvolvido, que tem por objetivo investigar as condições de inserção feminina no mercado de trabalho e sua evolução no período 1999-2013, analisando o impacto do processo de retomada da estruturação do mercado de trabalho, ocorrido nesse período, sobre as desigualdades de gênero no âmbito laboral. O estudo toma por referência a Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), e para seu desenvolvimento foram utilizadas, como fontes de informações, a Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre (PED-RMPA)² — de forma mais aprofundada — e a Relação Anual de Informações Sociais do Ministério do Trabalho e Emprego (RAIS/MTE)³.

A respeito das desigualdades de gênero no mercado de trabalho, cabe ainda destacar que tal tema vai muito além da busca de equidade. Nesse sentido, um interessante estudo sobre questões de gênero e trabalho, fazendo uma abordagem de certo modo inovadora sobre o tema das desigualdades de gênero, propôs-se a examinar as implicações macroeconômicas da divisão do trabalho entre homens e mulheres (Elborgh-Woytek *et al.*, 2013). Busca-se assim, responder à pergunta: em que medida a questão de gênero, ou mais especificamente, a equidade de gênero no trabalho, implicaria em ganhos macroeconômicos? Coletando dados de natureza variada, os autores encontraram evidências na direção de que ganhos ocorrem e são contundentes. Entre eles cabe destacar: o aumento da taxa de participação feminina incrementaria o Produto Interno Bruto (PIB) (por exemplo, em 5% nos EUA, em 9% no Japão e em 12% nos Emirados Árabes); em países com rápido envelhecimento da população — fenômeno que vem ocorrendo na atualidade — o aumento da taxa de participação feminina contribuiria para o crescimento, mitigando o impacto na redução da força de trabalho; melhores oportunidades de trabalho e renda para as mulheres contribuiriam para o desenvolvimento econômico, notadamente nos países em desenvolvimento, na medida em que as mulheres têm mais propensão do que os homens a investir uma maior proporção da renda familiar na educação das crianças, elevando a escolaridade da população; a maior

¹ Um importante instrumento de política pública nessa área foi lançado em 2005, o Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM-PR). Ele tem como objetivo contribuir de maneira decisiva para a eliminação das discriminações e desigualdades vivenciadas pelas mulheres no ambiente de trabalho. Podem participar do programa organizações públicas e privadas e instituições que se comprometem a desenvolver novas concepções na gestão de pessoas e na cultura organizacional, “[...] evidenciando publicamente o compromisso da organização com a equidade de gênero e étnico-racial na promoção da cidadania e a difusão de práticas exemplares no mundo do trabalho para a efetivação da equidade.” (Brasil, 2014).

² A PED-RMPA é um levantamento mensal, integrante do sistema nacional de pesquisas regionais (Sistema PED), que acompanha a evolução dos principais indicadores dos mercados de trabalho metropolitanos do País, tendo como unidade de investigação o domicílio. Na RMPA, essa Pesquisa é executada pela Fundação de Economia e Estatística, em convênio celebrado com a Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social e o Sistema Nacional de Emprego (FGTAS/SINE-RS), a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE-SP) e o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), com o apoio da Prefeitura Municipal de Porto Alegre e do Ministério do Trabalho e Emprego/Fundo de Amparo ao Trabalhador.

³ A Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) é uma base de dados do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) que fornece dados sobre o emprego legalizado, isto é, sob o abrigo da legislação trabalhista, em 31 de dezembro de cada ano, a partir de informações enviadas por empresas.

participação feminina também resultaria em uma força de trabalho mais qualificada, dado o maior nível educacional das mulheres; e, conforme a Organização Internacional do Trabalho (OIT), o trabalho feminino pode ser considerado como o fator singular mais importante na redução da pobreza nas economias em desenvolvimento.

Portanto, a garantia da autonomia econômica e social das mulheres, além de contribuir para o alcance de melhores resultados econômicos e sociais, é condição estruturante para a transformação das condições de vida e das desigualdades vividas por elas. Nesse sentido, o trabalho constitui fator fundamental para esse processo de transformação, uma vez que, especialmente enquanto foco privilegiado de incidência de políticas públicas, se torna sinônimo de inclusão social, autonomia e desenvolvimento (Brasil, 2014).

Cabe ainda referir que, em se tratando do desempenho do mercado de trabalho, deve-se ter presente que ele tem estreita relação e, em certa medida, encontra-se condicionado pelo comportamento da economia. Nesse sentido, em uma breve referência ao período enfocado por este estudo, pode-se afirmar que ele se caracterizou por um cenário econômico relativamente mais favorável ao registrado nos anos 90⁴, verificando-se melhor desempenho do PIB e evolução positiva dos principais indicadores do trabalho, notadamente entre 2004 e 2010, atenuando ou revertendo a precarização evidenciada na década precedente. Sobressai o aumento do contingente de trabalhadores assalariados com carteira de trabalho assinada, a queda nas taxas de desemprego e a elevação, embora lenta, do rendimento médio real dos trabalhadores, fatores que expressam a retomada do processo de estruturação do mercado de trabalho. (Arandia, 2013; Cardoso Junior, 2007; Freire, 2006; Guimarães, 2011; Moretto; Krein, 2005; Passos; Ansiliero; Paiva, 2005). Todavia, a partir da crise financeira e econômica de 2008, o desempenho mostrou-se distinto. Em termos sucintos, podem-se verificar três momentos importantes da economia e do mercado de trabalho da RMPA no período pós 2008, os quais seguiram padrão similar ao registrado no âmbito nacional, guardadas as especificidades locais. Logo após ser deflagrada a crise, em 2009, já se observava uma interrupção da trajetória mais favorável que a economia e o mercado de trabalho vinham apresentando no período 2000-10, especialmente após 2004 (o PIB nacional teve variação negativa de 0,6% e o do Rio Grande do Sul (RS) caiu 0,4%). Em 2010, retoma-se a uma conjuntura mais positiva, mas que se mostrou efêmera (o PIB do Brasil cresceu 7,5%, e o do RS, 6,7%), o que impactou positivamente o mercado de trabalho da RMPA, provocando queda do desemprego e aumento do nível de ocupação. Entretanto, a partir de 2011, o crescimento econômico tendeu a desacelerar-se, especialmente no âmbito nacional (PIB de 2,7% em 2011, e de 1,0% e 2,3% nos dois anos seguintes), tendo apresentado alta volatilidade no RS (PIB de 5,1%, -1,4%⁵ e 5,8% respectivamente).

O mercado de trabalho da RMPA, a exemplo do que ocorreu no País, foi sendo afetado por esses movimentos econômicos pós-crise, mostrando arrefecimento na evolução de seus principais indicadores, em especial a partir de 2011. A geração de novos postos de trabalho foi perdendo intensidade a cada ano, chegando a um resultado negativo em 2014, após 10 anos consecutivos de incrementos do nível ocupacional — em 2014, o número de ocupados foi inferior ao de 2013, com menos 38 mil trabalhadores. A taxa de desemprego, embora continuasse em uma trajetória de redução, passou a apresentar recuos mais moderados, situando-se em 5,9% em 2014. O rendimento médio real do trabalho, por seu turno, teve comportamento desfavorável em 2014, permanecendo relativamente estável na comparação com 2013 (-0,1%), após nove anos de incrementos continuados (Informe PED, 2015).

Tendo-se presente esse contexto, o artigo está organizado em seis partes, além desta **Introdução**, para a análise dos indicadores do mercado de trabalho sob o recorte de gênero. A segunda parte apresenta o comportamento da taxa de participação e da População Economicamente Ativa; na terceira examina-se a evolução do nível ocupacional, com destaque para as formas de inserção ocupacional; o desempenho das taxas de desemprego é analisado na seção quatro; e os rendimentos do trabalho na seção cinco. Nas **Considerações finais** faz-se uma síntese dos movimentos mais importantes evidenciados pela análise no período enfocado.

⁴ No Brasil, os anos 90 foram palco dos desdobramentos da crise internacional do capitalismo, instaurada no último quartel do século XX. Essa década foi marcada pela abertura comercial, pela reestruturação dos modos de produzir e das formas de organizar o trabalho e adoção de políticas de corte neoliberal, a que se acresceram baixas taxas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB). Essa conjuntura conformou um contexto desfavorável aos trabalhadores, já amplamente analisado, conduzindo a uma precarização do trabalho (Mattoso, 1999; Pochmann, 1999; Toni, 2006).

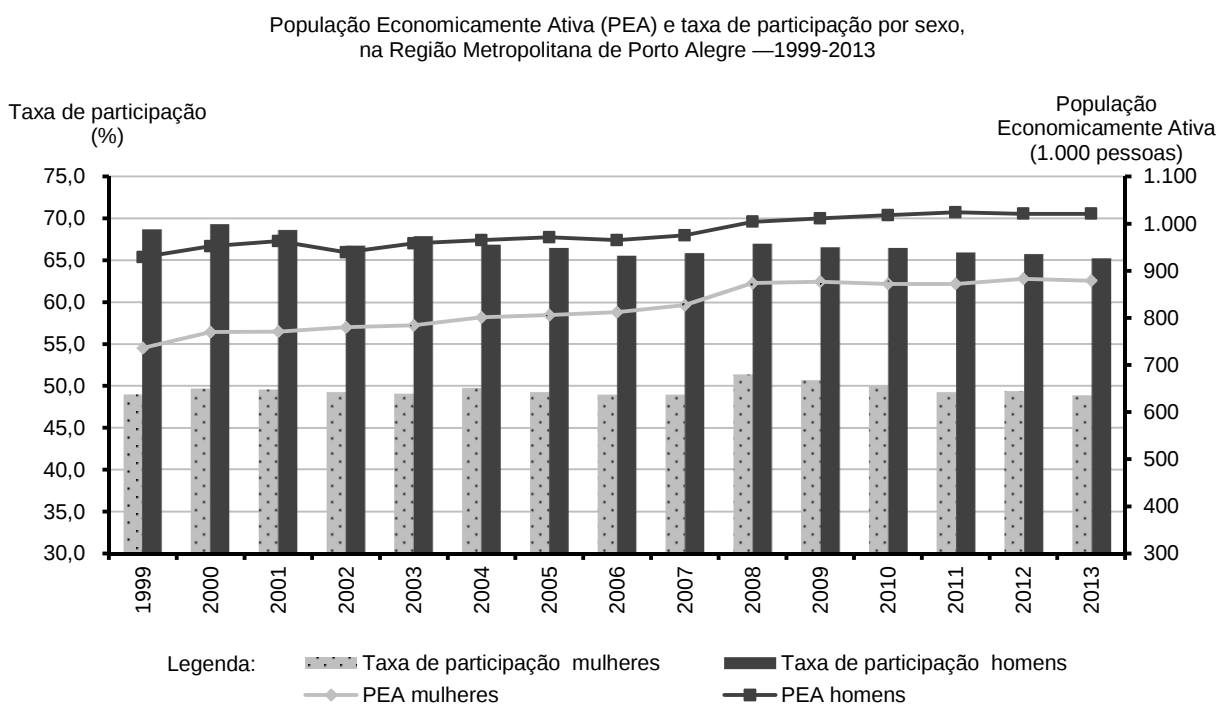
⁵ O desempenho da economia gaúcha, em 2012, foi marcado por três efeitos negativos principais: o quadro de semiestagnação da economia brasileira, em boa parte decorrente da crise internacional; a estiagem, que afetou fortemente as lavouras de verão; e a redução da demanda pelas exportações do Estado (Hoff; Lazzari, 2013).

2 Relativa estabilidade da taxa de participação feminina

A taxa de participação refere-se à proporção de pessoas incorporadas ao mercado de trabalho, seja na condição de ocupadas ou na de desempregadas. Ela está relacionada às oportunidades de trabalho e emprego, permitindo analisar o grau de participação dos diferentes grupos populacionais no mercado de trabalho e identificar possíveis diferenças e desigualdades existentes.

A **taxa de participação** feminina apresentou relativa estabilidade no decorrer do período em estudo, oscilando entre 48,9 e 51,4% da Pesquisa Industrial Anual (PIA) feminina, conforme informações da PED-RMPA. Esta última foi a mais elevada taxa registrada em 2008, ano a partir do qual se observa a tendência de queda do indicador, que recuou para 48,9% em 2013 — a taxa de participação mais baixa do período. Nota-se que essa relativa estabilidade da taxa de participação contrasta com o comportamento da década de 90, quando o ingresso de mulheres no mercado de trabalho teve elevação expressiva, e sua taxa de participação passou de 44,5% em 1993 para 49,0% em 1999. Já a taxa de participação dos homens tendeu a reduzir-se, observando-se a mais elevada em 2000 (69,2% da PIA masculina) e a menor em 2013 (65,2%). Esse movimento de declínio deu continuidade a um padrão que já vinha sendo observado nos anos 90, quando esse indicador recuou de 70,7% em 1993 para 68,6% em 1999 (Gráfico 1).

Gráfico 1



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

NOTA: Projeções populacionais atualizadas em set./12. Ver Nota Técnica nº 2 (Informe PED, 2015).

Considerando-se os atributos pessoais, o desempenho da taxa de participação feminina deveu-se a aumentos nas seguintes categorias: faixas etárias a partir dos 25 anos, mulheres cônjuges e filhas e mulheres não negras. De modo inverso, houve redução nas taxas de participação de crianças, adolescentes e jovens entre 10 e 24 anos, mulheres chefes de domicílio, negras e da categoria demais membros. Quanto à posição no domicílio, nota-se que as mulheres cônjuges, que detinham a maior taxa de participação em todo o período, seguidas das chefes, ampliaram essa diferença: em 1999, a taxa de participação das cônjuges era de 52,8%, pouco superior a das chefes, de 52,2% em 2013. Tais indicadores haviam passado para 54,0% e 46,5% respectivamente.

Quanto aos homens, a queda nas taxas de participação foi praticamente generalizada, exceção feita aos indivíduos com idade entre 50 e 59 anos e aos que ocupam a posição de filho na família, com aumento maior entre os primeiros e pequena variação positiva para os últimos. Assim, a taxa de participação dos homens passou de 68,6% em 1999 para 65,2% em 2013.

No que se refere à **População Economicamente Ativa (PEA)**, que abarca os indivíduos ocupados e os desempregados, a evolução foi positiva para ambos os segmentos, porém com crescimento mais intenso entre as mulheres. Desse modo, a PEA feminina elevou-se até 2009, com a incorporação de mais 141 mil mulheres na força de trabalho entre 1999-2009, sendo o maior acréscimo verificado em 2008 (47 mil pessoas a mais do que em 2007). A partir desse ano, constatou-se relativa estabilidade, com oscilações negativas em 2010 e 2013, registrando-se aumento de apenas 5 mil mulheres entre 2008 e 2013. Nesse último ano, a PEA feminina foi estimada em 879 mil pessoas (Gráfico 1).

Entre os homens, o comportamento da PEA foi semelhante, porém com algumas diferenças pontuais. No decorrer do período, a tendência de aumento desse contingente estendeu-se até 2011, não obstante as quedas observadas em 2002 e 2006, seguindo-se uma variação negativa no ano seguinte e estabilidade em 2013. No entanto, a ampliação do contingente masculino economicamente ativo foi bem menor do que entre as mulheres, com a incorporação de mais 92 mil pessoas no total do período, atingindo 1.021 mil homens nessa condição, em 2013. Assim, enquanto a PEA feminina cresceu 19,4% entre 1999-2013, para os homens, a ampliação foi de 9,9%.

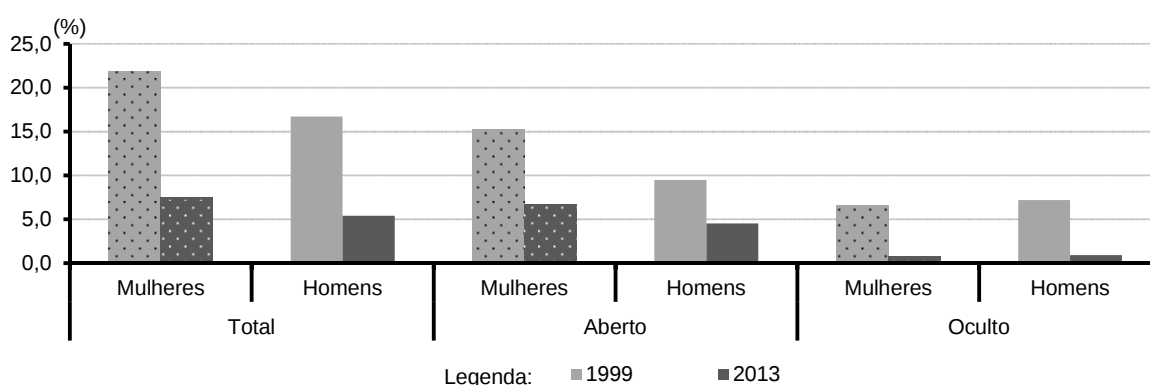
3 Desemprego continua declinando

O desemprego é uma variável crucial para se avaliar a falta de oportunidades de trabalho para a população que busca uma ocupação. Na análise do **desemprego**, a partir dos dados da PED-RMPA, a marca do período ora enfocado foi o declínio das taxas de desemprego para mulheres e homens, em todos os recortes analíticos. Todavia, as mulheres continuaram a apresentar taxas de desemprego superiores às registradas para os homens.

A análise do Gráfico 2 mostra que, entre 1999 e 2013, a taxa de desemprego feminina recuou de 21,9% para 7,5% da PEA feminina, enquanto que a dos homens reduziu-se de 16,7% para 5,4%. Comportamento semelhante também foi registrado quanto aos tipos de desemprego. Ou seja, para as mulheres a taxa de desemprego aberto passou de 15,3% para 6,7% nos pontos extremos do período, sendo de 9,5% e 4,5% para os homens respectivamente. O desemprego oculto teve queda ainda mais acentuada, de 6,6% para 0,8% entre as mulheres, e de 7,2% para 0,9% para os homens no período.

Gráfico 2

Taxa de desemprego por tipo, segundo o sexo, na Região Metropolitana de Porto Alegre — 1999-2013



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

Em termos de contingente de indivíduos desempregados, a diminuição, no período, foi similar, sendo ligeiramente inferior entre as mulheres (menos 95 mil, ou -59,0%), face aos homens (menos 99 mil, ou -63,9%). Como resultado, o número de mulheres desempregadas, em 2013, alcançava 66 mil pessoas, ao passo que o dos homens era menor (56 mil desempregados). O comportamento do desemprego foi favorável para ambos os sexos, mas manteve-se o padrão de mais elevado desemprego entre as mulheres, situação registrada ao longo de toda a série da Pesquisa, iniciada em 1993. Ademais, ao final do período, a desigualdade de gênero quanto a esse indicador havia-se ampliado, dado que a razão entre as taxas de desemprego de homens e mulheres elevou-se para 1,39, face aos 1,31 do início do período. Cabe ainda destacar que, além de taxas de desemprego mais elevadas, as mulheres constituíam mais da metade do contingente de desempregados, fato que se configura desde 1998, diversamente do verificado nos primeiros anos da Pesquisa.

Igualmente houve uma marcante redução no **tempo médio despendido na procura por trabalho**. Para as mulheres, esse indicador passou de 48 para 21 semanas entre 1999 e 2013, e para os homens, de 46 para 19 semanas. Nota-se que, também nesse indicador, o patamar era maior entre as mulheres frente aos homens. Portanto, o tempo médio de procura por trabalho, que atingia quase um ano no início do período em análise, situava-se em torno de cinco meses ao seu final. Considerando-se que o Seguro Desemprego varia de três a cinco parcelas mensais, conforme a duração do vínculo empregatício do trabalhador, esse benefício estaria, no período recente, proporcionando uma proteção mais condizente com o tempo de procura, período em que o trabalhador encontra-se sem emprego e necessita de apoio institucional enquanto busca uma ocupação.

4 Ocupação cresce de modo mais intenso para as mulheres

O nível de ocupação é um indicador particularmente importante ao se analisar o mercado de trabalho, uma vez que está diretamente associado às oportunidades de trabalho para a população e estreitamente vinculado ao nível de atividade da economia.

No período 1999-2013, verificou-se uma retomada do processo de estruturação do mercado de trabalho, com maior intensidade entre 2004 e 2010, cujo ponto mais relevante, ao lado da queda do desemprego, foi a expansão do emprego assalariado legalizado, isto é, com carteira de trabalho assinada e com as proteções previstas na legislação trabalhista e previdenciária. Tal desempenho resultou de uma conjuntura favorável na maior parte do período, cabendo destacar, ao lado do ambiente econômico internacional positivo (até a crise de 2008), fatores internos tais como: crescimento dos salários reais e adoção de uma política de aumentos reais do salário mínimo; redução da pobreza e amplos programas de transferência de renda; ampliação do crédito; crescente demanda de serviços (não transacionáveis) e bens (muitos dos quais importados). Tais fatores, em conjunto, geraram estímulos ao investimento e ao crescimento de atividades não transacionáveis — entre as quais merece destaque a construção civil —, ao mesmo tempo em que alicerçaram, em boa parte, o incremento do poder de compra das famílias, o qual esteve na base do aumento do consumo interno, fator central para o bom desempenho do PIB nacional.

No que tange ao desempenho no recorte por gênero, as informações da PED-RMPA mostram que o nível ocupacional de mulheres e homens acompanhou o movimento já observado em suas taxas de participação, apresentando comportamento mais favorável para o contingente feminino. Ou seja, o maior ingresso de mulheres no mercado de trabalho veio acompanhado de um aumento na proporção de mulheres ocupadas, cujo contingente alcançou 45,7% do total de ocupados em 2013, face aos 42,6% de 1999. Portanto, o movimento foi oposto entre os homens, cuja participação no total de ocupados declinou de 57,4%, em 1999, para 54,3% em 2013. Tal evolução foi positiva, uma vez que estreitou o diferencial entre trabalhadores homens e mulheres, que se reduziu para 8,6 p.p. no final do período em foco, frente aos 14,8 p.p. de 1999. Essa maior inserção feminina no mercado de trabalho veio acompanhada de um incremento do contingente de mulheres trabalhadoras superior ao dos homens ocupados, elevando-se 41,4% frente o de 24,7% para os homens, de maneira que, do total de novos postos de trabalho criados no período, 238 mil foram preenchidos por mulheres e 191 mil por homens trabalhadores (Gráfico 3).

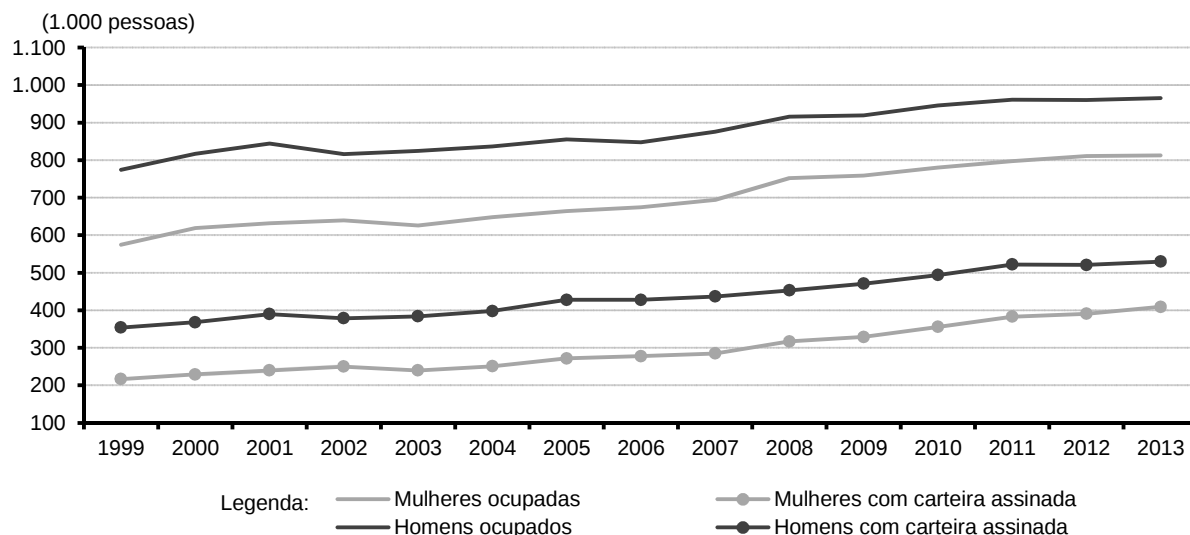
Registra-se que, embora no concernente à ocupação, as condições do mercado de trabalho tenham apresentado melhor desempenho para o contingente feminino, o declínio no desemprego favoreceu mais aos homens, como já analisado. Tal resultado está vinculado ao comportamento da oferta de trabalho que, como demonstrado, foi mais intensa entre as mulheres, o que acabou exercendo maior pressão destas últimas sobre o mercado de trabalho, arrefecendo o impacto que o forte crescimento do nível ocupacional feminino teve sobre o desemprego.

O fato marcante que sobressai é a expressiva melhora na condição ocupacional das mulheres, especialmente no que respeita à proteção social vinculada ao trabalho. Nessa direção, é emblemático que, em 2013, mais da metade das mulheres ocupadas (50,3%) eram empregadas do setor privado com carteira de trabalho assinada (patamar registrado pela primeira vez na série da Pesquisa) contra uma parcela menor, de 37,8% em 1999. Entre os homens, o aumento foi menor e a parcela nessa condição passou de 45,7% para 54,9% nos pontos extremos do período. Assim, entre 1999 e 2013, o contingente de mulheres com vínculo assalariado legalizado aumentou em 192 mil pessoas (88,5%), enquanto o incremento entre os homens foi de 176 mil (49,7%). Esses resultados corresponderam a 80,7% do total de postos de trabalho criados para trabalhadoras do sexo feminino e a 92,1% entre os do sexo masculino. No setor público (outra forma de inserção ocupacional com

contratação legalizada), também foi mais expressivo o incremento do emprego assalariado entre as mulheres (41,2% no período em estudo face aos 20,8% para os homens). Gráfico 4.

Gráfico 3

Estimativa de ocupados e de assalariados do setor privado com carteira assinada, por sexo, na Região Metropolitana de Porto Alegre — 1999-2013

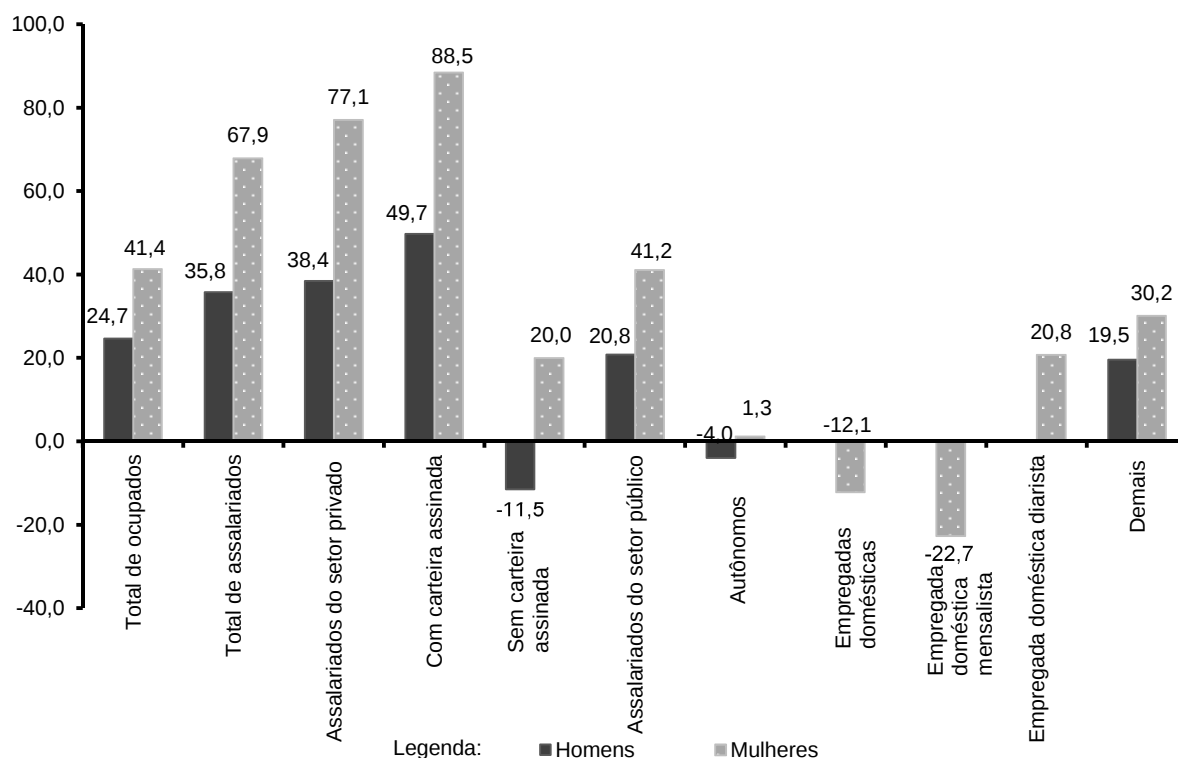


FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

NOTA: Em relação aos assalariados do setor privado com carteira assinada, excluem-se os empregados domésticos, e incluem-se aqueles que não sabem a que setor pertence a empresa em que trabalham.

Gráfico 4

Variação relativa (%) do nível de ocupação, por sexo, segundo a modalidade de inserção ocupacional, na Região Metropolitana de Porto Alegre — 1999-2013



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

NOTA: 1. No total de assalariados, excluem-se os empregados domésticos, e incluem-se aqueles que não sabem a que setor pertence a empresa em que trabalham.

2. Em empregadas domésticas, a amostra não comporta desagregação dessa categoria para o segmento masculino.

3. Em demais, incluem-se profissionais universitários autônomos, donos de negócio familiar, etc.

Essa melhora na condição das mulheres ocupadas é reforçada pelo fato de que o aumento no assalariamento nos setores privado e público ocorreu concomitantemente à retração ou crescimento menos acentuado da ocupação feminina em categorias de inserção ocupacional que geralmente apresentam condições de trabalho mais frágeis e precárias e com menor proteção legal. De fato, considerando-se o total de mulheres ocupadas, houve redução expressiva entre as empregadas domésticas (-12,1%, ou menos 12 mil mulheres), o que reflete a forte queda entre as mensalistas (-22,7%, ou menos 17 mil empregadas), dado que, para o segmento de diaristas, que são um grupo menor, observou-se elevação de 20,8%. Como resultado, entre as mulheres ocupadas, a parcela de empregadas domésticas recuou de 17,3%, em 1999, para 10,7% em 2013. Nas outras formas de inserção ocupacional houve aumento de 20,0% para as assalariadas no setor privado sem carteira assinada, 1,3% entre as autônomas e 30,2% na categoria demais posições na ocupação (Gráfico 4).

Por fim, cabe acrescentar que o bom desempenho do mercado de trabalho da RMPA é corroborado por dados da RAIS, que apontam crescimento do número de empregados formais em todos os anos do período 1999-2013, resultando em um total de 1,4 milhão de trabalhadores formais na Região, em 2013, face aos 900 mil de 1999 (variação de 57,4%).

Ao se desagregar o contingente de empregados formais por gênero, o comportamento também se mostrou mais favorável às mulheres trabalhadoras. Assim, embora os dois grupos tenham apresentado crescimento, as mulheres exibiram, na maior parte dos anos, variações mais acentuadas do que os homens, e seu contingente ampliou-se de 393,7 mil, em 1999, para 666,8 mil em 2013 (variação de 69,4% no período, bem acima dos 48,9% registrados pelos homens)⁶. Como decorrência, as mulheres ampliaram sua participação no emprego formal metropolitano, não obstante o contingente masculino continuar majoritário — em 2013, as mulheres atingiram 46,9% do total de postos formais da Região, frente aos 43,7% de 1999.⁷

Outro indicador da qualidade da inserção ocupacional é a duração do vínculo empregatício, o que pode ser aferido pelo tempo médio de permanência na mesma ocupação. Analisando-se a evolução desse indicador para o conjunto dos assalariados, através dos dados da PED-RMPA, constata-se comportamento distinto ao se compararem as informações pelo recorte de sexo dos trabalhadores, sendo mais favorável àqueles do sexo masculino. Assim, partindo de uma situação semelhante no início do período, com tempo médio de permanência de 60 meses para as mulheres e de 61 meses para os homens, esse indicador tendeu a elevar-se, registrando aumento maior entre os homens. Os valores mais altos foram atingidos em 2009 (65 meses para mulheres e 69 meses entre os homens), ano após o qual se observou redução do tempo médio de permanência na ocupação, especialmente entre as mulheres assalariadas. Assim, o tempo médio, para o contingente feminino, ficou em 62 meses em 2013, patamar ligeiramente superior ao inicialmente registrado, enquanto que, para os homens, houve relativa estabilidade do indicador após 2006 — oscilações entre 67 e 69 meses —, encerrando o período com tempo médio de permanência na ocupação de 68 meses, bem superior aos 61 meses do início.

Além do aumento da participação das mulheres no assalariamento do setor privado com carteira assinada, outro fator importante foi a elevação do nível de escolaridade, o que se verificou para a totalidade da força de trabalho da Região. Nesse aspecto, uma primeira observação refere-se ao fato de que, tradicionalmente, as mulheres detêm grau de escolaridade superior ao dos homens. Desse modo constata-se que, em 2013, dentre as trabalhadoras do sexo feminino, a parcela com no máximo o ensino fundamental completo atingia 34,8% do total, ao passo que para os homens elevava-se para 43,2%. Na outra extremidade, 19,8% das mulheres e 14,3% dos homens detinham escolaridade de nível superior completo (Gráfico 5).

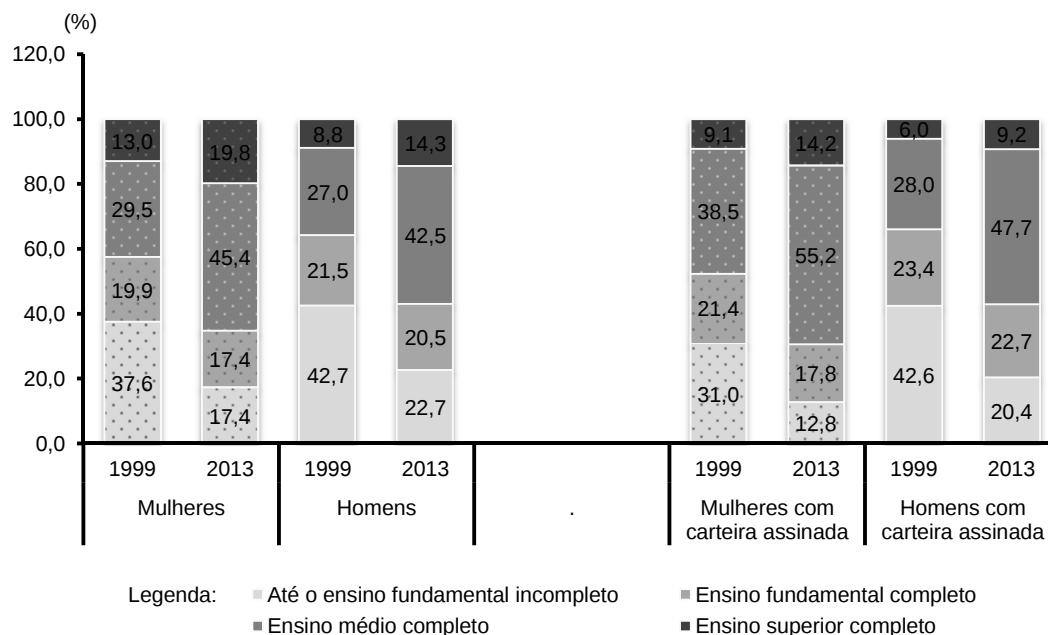
Ao se concentrar a análise no segmento de trabalhadores **assalariados do setor privado com carteira de trabalho assinada**, verifica-se o mesmo padrão de aumento da escolaridade dos assalariados de ambos os sexos, sendo mais contundente entre as mulheres. Sendo assim, a diferença no grau de escolaridade entre os sexos fica mais acentuada nesse segmento. De fato, entre as mulheres assalariadas, as parcelas das que detinham ensino médio completo ou ensino superior completo eram mais elevadas do que as observadas entre os homens: em 2013, 55,2% das mulheres e 47,7% dos homens tinham ensino médio e 14,2% e 9,2%, respectivamente, tinham ensino superior. Igualmente marcante foi a queda na proporção de assalariados com mais baixa escolaridade (até o ensino fundamental completo), especialmente entre as mulheres, cuja parcela apresentou redução de 52,4%, em 1999, para 30,6% em 2013. Entre os homens assalariados com esse nível de escolaridade, além de uma maior proporção, a queda foi menor, passando de 66,0% para 43,1% respectivamente (Gráfico 5).

⁶ Entre os anos extremos do período 1999-2013, ainda conforme a RAIS, o emprego formal feminino registrou incremento de 85,3% no RS e 114,2% no Brasil, enquanto o masculino ampliou-se em 58,8% e 84,1% respectivamente.

⁷ Entre 1999 e 2013, a participação feminina avançou de 41,8% para 45,5% no RS e de 39,1% para 42,8% no Brasil, mantendo-se, nos dois espaços, presença majoritária dos homens.

Gráfico 5

Distribuição dos ocupados, por escolaridade, segundo o sexo e a posse da carteira de trabalho, na Região Metropolitana de Porto Alegre — 1999 e 2013



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

De modo similar ao observado entre os assalariados do setor privado com carteira de trabalho assinada, também houve aumento da escolaridade média⁸ para trabalhadores em empresas, com registro formal, conforme dados da RAIS: o número de anos de estudo passou de 7,6 em 1999 para 11,1 anos de estudo em 2013. Assim como constatado na PED-RMPA, tal incremento decorreu fundamentalmente da redução do número de trabalhadores nos níveis mais baixos de escolaridade (analfabeto e fundamental incompleto) e aumento nos demais.

Igualmente, as mulheres desfrutavam de condição de escolaridade melhor do que os homens. Em média, em 1999, elas já haviam ultrapassado a conclusão do ensino fundamental (8,6 anos de estudo) enquanto os homens ficavam ainda abaixo desse patamar (6,9 anos de estudo). Todavia, a ampliação da escolaridade média foi um pouco mais intensa entre os homens do que entre as mulheres (mais 3,7 e 3,1 anos de estudo respectivamente). Em decorrência, ao final do período, os dois grupos atingiram níveis próximos de escolaridade média, mantendo-se ainda pequeno diferencial favorável às mulheres: 11,7 anos de estudo, em média, para as mulheres e 10,6 para os homens.⁹

5 Rendimentos do trabalho têm maior elevação para as mulheres

Os **rendimentos do trabalho** constituem elemento primordial para a satisfação das necessidades da população, estando intimamente associados ao bem estar do trabalhador e de sua família, ao possibilitar o acesso aos bens e serviços disponibilizados no mercado.

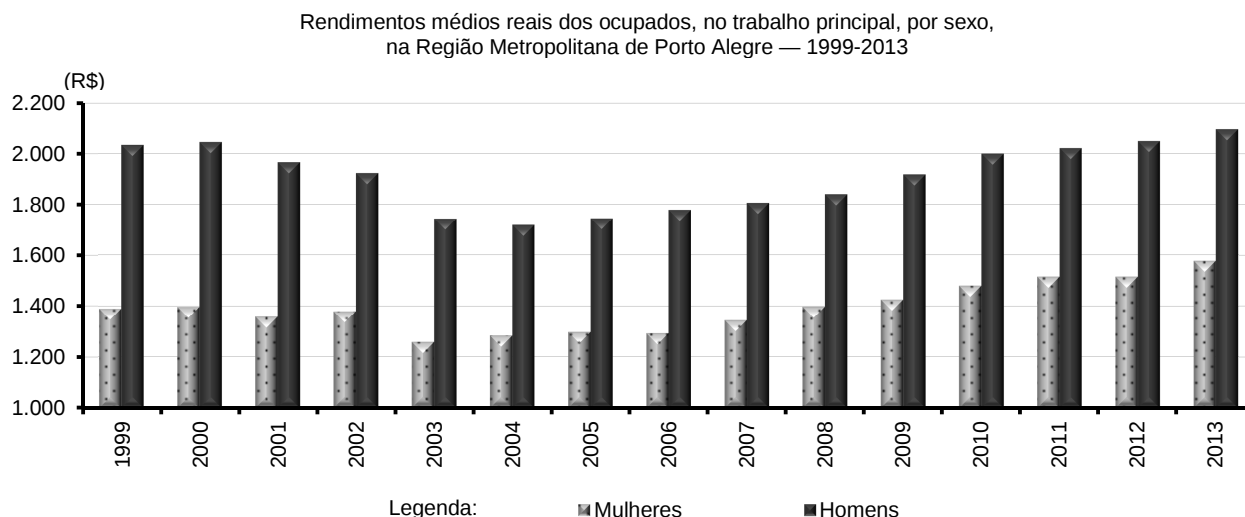
Quanto à evolução dos rendimentos no período em análise, verifica-se que seu desempenho também foi mais favorável para o contingente feminino ocupado. De fato, conforme dados da PED-RMPA, entre 1999 e 2013, o rendimento médio real das mulheres elevou-se 13,5% (R\$ 1.578 em 2013), frente a um aumento bem menor, de

⁸ A escolaridade média dos trabalhadores é obtida através da ponderação entre o número de trabalhadores em cada nível de escolaridade considerado e o número de anos de estudo correspondente a cada trabalhador.

⁹ Comportamento semelhante verificou-se no Estado e no País, onde o número de anos de estudo e sua evolução mostrou-se praticamente idêntica. Segundo a RAIS, no RS, entre 1999 e 2013, a escolaridade média das mulheres avançou de 8,1 para 11,5 anos de estudo, e a dos homens de 6,3 para 10,2 anos de estudo.

3,0% entre os homens (R\$ 2.097 em 2013). A evolução desse indicador teve dois momentos distintos no decorrer do período, desempenho que foi similar para ambos os segmentos: registrou-se queda do valor real entre 1999 e 2003 para as mulheres, e até 2004 para os homens, seguindo comportamento declinante do indicador já registrado nos últimos anos da década anterior, e elevação nos 10 anos subsequentes (Gráfico 6).

Gráfico 6

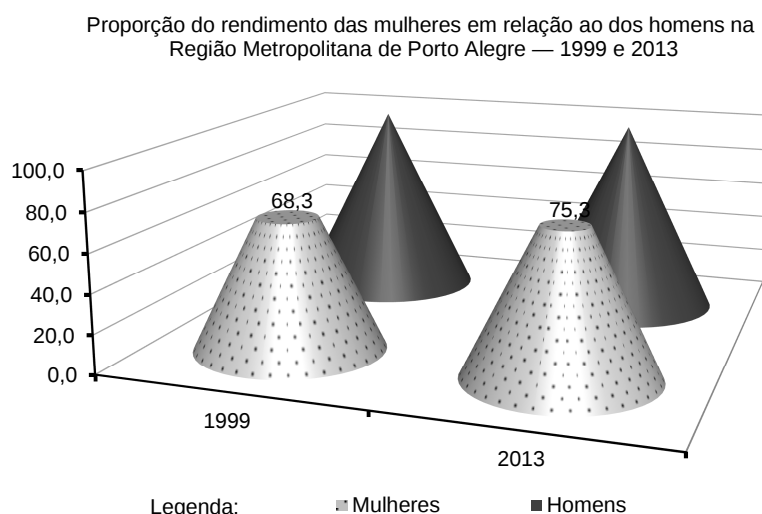


FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

NOTA: O inflator utilizado é o IPC-IEPE. Valores em reais referentes a nov. 2014.

O resultado final está associado ao fato de que, no primeiro período, o declínio foi mais acentuado para os homens (-14,3% entre 1999 e 2003) do que para as mulheres (-9,4%) e, nos anos seguintes, o aumento no rendimento médio real foi mais substantivo para as mulheres (25,3%) do que para os homens (20,2%). Esse desempenho contribuiu para diminuir a já conhecida diferença de rendimentos entre mulheres e homens, embora as primeiras continuassem a auferir rendimentos inferiores aos últimos. Em 2013, as mulheres recebiam o equivalente a 75,3% do rendimento dos homens, proporção superior aos 68,3% de 1999 (Gráfico 7).

Gráfico 7



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

NOTA: O inflator utilizado é o IPC-IEPE. Valores em reais referentes a nov. 2014.

Detendo-se no contingente **assalariado do setor privado com carteira de trabalho assinada**, que absorve a maior parcela de trabalhadores, a evolução do rendimento médio real seguiu padrão semelhante ao constatado para o total de ocupados. Assim, entre 1999 e 2003, as perdas foram maiores para os homens (-14,5%) do que entre as mulheres (-8,9%), e os ganhos registrados, após esse período, foram mais elevados para estas últimas (21,0%) do que para os primeiros (17,7%). Em decorrência, no final do período, o rendimento médio real das

mulheres assalariadas (R\$ 1.419 em 2013) era 10,3% superior ao do início, ao passo que o dos homens (R\$ 1.826) encontrava-se em patamar semelhante, com elevação de apenas 0,6%. Ou seja, para os assalariados masculinos, os ganhos do período mais recente mal conseguiram contra-arrestar a perda ocorrida anteriormente. Também para esse segmento de trabalhadores houve redução da desigualdade de rendimentos no recorte por gênero — em 2013, as mulheres assalariadas passaram a auferir 77,7% do rendimento dos homens, proporção que era de 70,9% em 1999.

Entre as demais posições na ocupação, o rendimento médio real para as mulheres apresentou aumentos próximos ao registrado para o total das ocupadas na maioria dos grupos: o incremento foi de 10,7% para as assalariadas do setor privado sem carteira assinada, 10,8% entre as assalariadas do setor público e 11,9% para as trabalhadoras autônomas. O destaque coube às empregadas domésticas, que obtiveram o expressivo aumento de 42,5% em seus rendimentos. Esse resultado trouxe melhoras ao padrão de vida dessas trabalhadoras e de suas famílias, que apresentam os mais baixos rendimentos entre os segmentos analisados, e está especialmente associado à política de elevação expressiva do valor real do salário mínimo nacional e do piso salarial do Estado do Rio Grande do Sul, uma vez que o rendimento das empregadas domésticas tem como referência o salário mínimo. Já para os homens, o comportamento foi bastante distinto, pois os aumentos nas demais categorias foram bem superiores ao verificado para o total de trabalhadores do sexo masculino: 16,9% entre os assalariados do setor público, 7,8% para os assalariados do setor privado sem carteira assinada e 7,9% para os autônomos.

Considerando-se os trabalhadores formalmente empregados em empresas, conforme a RAIS, também se constatarem ganhos para o rendimento médio real, porém, de modo distinto ao observado nos dados da PED-RMPA para o total de assalariados do setor privado com carteira, a elevação para mulheres e homens trabalhadores do setor formal ficou bastante próxima, com ligeira vantagem para as primeiras.

De fato, ao longo do período 1999-2013, a evolução do rendimento médio real¹⁰ dos trabalhadores formais da RMPA apresentou expansão na maioria dos anos — a mais elevada observada em 2006 (5,5%) —, combinada com momentos de retração (2002 e 2007) ou de relativa estabilidade (2000, 2001 e 2009). No cômputo total do período, a variação foi de 16,9%, elevando o rendimento médio real para R\$ 2.455,64 em 2013, frente aos R\$ 2.100,05 de 1999.¹¹

Ao se desagregar o conjunto de trabalhadores metropolitanos de acordo com o gênero verifica-se que, na maior parte dos anos, o rendimento dos dois grupos teve o mesmo sentido de variação, perfazendo, no período 2000-13, acréscimos de 18,7% para as mulheres e de 17,2% para os homens, conforme a RAIS¹². Em consequência, a relação entre o rendimento dos dois grupos pouco se alterou, permanecendo, no entanto, a condição de rendimentos mais baixos para as mulheres. Em 1999, o rendimento do segmento feminino representava 78,7% do masculino, atingindo 79,7% em 2013¹³.

Portanto, embora se tenha registrado elevação do rendimento médio real para ambos os segmentos em estudo, para as mulheres trabalhadoras, os ganhos foram mais expressivos. Todavia, mesmo essa melhor evolução do rendimento feminino não logrou alcançar a igualdade de rendimento entre os gêneros, ao final do período analisado.

6 Considerações finais

A análise dos principais indicadores do mercado de trabalho da RMPA mostrou comportamento positivo no período 1999-2013, evidenciando que, sob o recorte de gênero, o desempenho revelou-se mais favorável para o contingente feminino em relação ao masculino: houve aumento mais expressivo da ocupação feminina e um progresso maior na ampliação da proteção social associada ao trabalho; a taxa de desemprego teve acentuado declínio para ambos os segmentos; e o aumento do rendimento médio real do trabalho foi maior para as mulheres ocupadas frente aos homens, reduzindo o diferencial entre os dois segmentos. Cabe referir que houve uma

¹⁰ Valores corrigidos com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), a preços de dezembro de 2013.

¹¹ Tal variação ficou abaixo daquela registrada para a totalidade dos trabalhadores estaduais, de 23,1%, não obstante o valor de seu rendimento médio real situar-se abaixo do metropolitano (R\$ 2.094,85, em 2013). No Brasil, o rendimento médio real dos trabalhadores formais teve variação de 22,7%, passando de R\$ 1.771,86 para R\$ 2.174,49 no período.

¹² Também no RS e Brasil, o rendimento das mulheres cresceu um pouco mais do que o dos homens. No primeiro, as variações foram de 25,1% para elas, e de 23,6% para eles. No país foram de 24,8% e 22,9% para cada um dos grupos respectivamente.

¹³ Também no RS e no Brasil, ao final do período, o rendimento feminino mantinha-se abaixo do masculino, ainda que a relação entre seus valores tenha apresentado uma suave melhora. No Estado, em 1999, o rendimento feminino correspondia a 79,6% do masculino, atingindo 80,5% em 2013. No País representava 79,6% em 1999, e 80,5% em 2013.

melhora mais consistente entre 2004 e 2010, uma vez que se observaram oscilações nos primeiros anos do período e, ao seu final, o movimento foi de desaceleração, notadamente na geração de novos postos de trabalho.

Quanto à ocupação, o aumento, no período, foi mais intenso entre as mulheres, que passaram a representar 45,7% do total de ocupados em 2013. Também se registrou melhora na condição ocupacional, tendo-se observado, para as mulheres trabalhadoras, um progresso maior na ampliação da proteção social associada ao trabalho. A respeito disso, cabe referir que o segmento de assalariadas no setor privado com carteira assinada teve incremento mais expressivo do que para os homens, elevando a parcela de mulheres empregadas nessa condição para mais da metade do contingente feminino ocupado (50,3%), fato que ocorre pela primeira vez na série da PED-RMPA.

Esse resultado é corroborado pelas informações da RAIS, que mostram padrão semelhante de evolução para os dois segmentos em questão, sendo que, para o segmento das mulheres, a participação no emprego formal elevou-se para 46,9% do total de postos na Região ao final do período analisado.

Outro fator positivo foi o aumento da escolaridade para o conjunto da força de trabalho ocupada. Quanto a essa característica, as mulheres continuaram a apresentar níveis de escolaridade superior ao dos homens — ao final do período, cerca de dois terços das mulheres (65,2%) detinham grau de instrução de ensino médio ou superior, frente a uma parcela de 56,8% dos homens.

A taxa de desemprego teve redução expressiva para ambos os sexos no período analisado, registrando-se, em 2013, o menor taxa da série histórica da Pesquisa, não obstante ter-se observado leve aumento da desigualdade de gênero. Dada a relativa estabilidade da taxa de participação feminina, a geração de novos postos de trabalho foi determinante para o declínio da taxa de desemprego entre as mulheres. Já para os homens, ao lado do aumento do nível ocupacional, a queda da respectiva taxa de participação, indicando menor pressão do segmento masculino no mercado de trabalho, também contribuiu para a redução de sua taxa de desemprego.

Quanto ao rendimento médio real do trabalho, a evolução positiva também favoreceu mais as mulheres ocupadas, cujos rendimentos tiveram elevação bem superior à registrada para os homens (13,5% e 3,0% respectivamente, entre os pontos extremos do período em análise).

Padrão similar foi observado no comportamento do rendimento médio real dos empregados no setor formal, conforme a RAIS, mas as magnitudes foram bem distintas. Ou seja, a elevação, para mulheres e homens, foi praticamente idêntica, com ligeira vantagem para as primeiras (18,7% e 17,2% respectivamente no período em estudo).

Portanto, como o desempenho do mercado de trabalho foi mais favorável às mulheres trabalhadoras, constatou-se diminuição das desigualdades de gênero no mercado de trabalho metropolitano, especialmente no que se refere às condições de inserção ocupacional e aos rendimentos do trabalho. Todavia, apesar do progresso na redução das desigualdades de gênero, o crescimento econômico e a retomada do processo de estruturação do mercado de trabalho, que marcaram o período, não lograram atingir uma efetiva equidade de gênero no espaço laboral. De fato, em vários âmbitos, persistem desigualdades — por exemplo, as mulheres seguem tendo rendimentos inferiores aos dos homens, e sua taxa de desemprego continua mais elevada —, o que reforça a necessidade de prosseguir-se na busca pela equidade de gênero, através de políticas públicas e sociais. Ademais, a partir de 2011, registra-se desaquecimento da atividade econômica e uma desaceleração do desempenho mais promissor que o mercado de trabalho vinha apresentando. De fato, a taxa de participação das mulheres teve queda entre 2010 e 2013, e o nível ocupacional feminino passou a apresentar incrementos cada vez menores, chegando a registrar relativa estabilidade entre 2012 e 2013 (mais 2 mil mulheres ocupadas, ou 0,2%).

Na possível persistência desse cenário, colocam-se questionamentos sobre a sustentabilidade dos processos acima referidos em direção à diminuição das desigualdades de gênero no mercado de trabalho regional. Portanto, continua sendo necessário que a sociedade e o poder público prossigam com políticas e ações visando à promoção da igualdade de gênero no mercado de trabalho, contribuindo, assim, para uma maior autonomia econômica e social das mulheres, condição imprescindível para uma transformação positiva de suas condições de vida, além de possibilitar o alcance de melhores resultados no plano macroeconômico.

Referências

ALVES, J. E. D.; CAVENAGHI, S. M. Indicadores de desigualdade de gênero no Brasil. **Mediações**, Londrina, v. 17, n. 2, p. 83-105, jul./dez. 2012.

ARANDIA, A. K. Evolução do emprego formal na Região Metropolitana de Porto Alegre no período 1999-2010. In: BASTOS, R. A. *et al.* (Coord.). **A retomada do processo de estruturação do mercado de trabalho da Região Metropolitana de Porto Alegre na primeira década do século XXI**. Porto Alegre: FEE, 2013. p. 10-32.

BARSTED, L. L.; PITANGYU, J. (Org.). **O progresso das mulheres no Brasil: 2003-2010**. Rio de Janeiro: CEPIA; Brasília: ONU Mulheres, 2011.

BRASIL. Presidência. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM). **Programa pró-equidade de gênero e raça**. Brasília, DF, 2014. Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/sobre/publicacoes/publicacoes/2013/folder-pro-equidade-de-genero-e-raca>>. Acesso em: 20 mar. 2015.

CARDOSO JÚNIOR, C. J. **De volta para o futuro?** As fontes de recuperação do emprego formal no Brasil e as condições para sua sustentabilidade temporal. Brasília, DF: IPEA, 2007. (Texto para Discussão, 1310).

ELBORGH-WOYTEK, K. *et al.* **Women, work, and the economy: macroeconomic gains from gender equity**. [S.l.]: International Monetary Fund, set. 2013.

FONTOURA, N.; GONZALEZ, R. Aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho: mudança ou reprodução da desigualdade? **Mercado de Trabalho**, Brasília, DF, n. 41, 2009. Nota Técnica. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/05_NT_Aumento.pdf>. Acesso em: 23 maio 2012.

FREIRE, J. A. Dinâmica do mercado de trabalho metropolitano no Brasil pós anos 90: que mudou, mudou! Mas mudou o suficiente? In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 11., 2006, Vitória. **Anais...** Vitória: SPEB, 2006. 1 CD-Rom.

GALEAZZI, I. M. S. A evolução do padrão de desigualdade de gênero no mercado de trabalho dos anos 2000. In: MARTINS, C. H. B. (Coord.). **Estudos das condições das mulheres e das desigualdades de gênero existentes no estado do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: FEE, 2014. p. 121-149.

GALEAZZI, I. M. S. Mudanças no padrão de desigualdade de gênero em um contexto de crescimento econômico. In: BASTOS, R. L. A. (Coord.). **A retomada do processo de estruturação do mercado de trabalho da Região Metropolitana de Porto Alegre na primeira década do século XXI**. Porto Alegre: FEE, 2013. p. 129-152.

GUIMARÃES, N. A. O que muda quando se expande o assalariamento (e em que o debate da Sociologia pode nos ajudar a compreendê-lo)? **Dados**, Rio de Janeiro, v. 54, n. 4, p. 533-567, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582011000400002>. Acesso em: 12 maio 2013.

HOFF, C. R.; LAZZARRI, M. Desempenho da economia gaúcha em 2012. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 41, n. 1, p. 87-100, 2013.

INFORME PED. Porto Alegre: FEE, v. 23, n. esp., jan. 2015.

MARTINS, C. H. B.; BANDEIRA, M. D.; CAPUTO, P. M. Indicadores de gênero no Rio Grande do Sul. In: PICHLER, W. *et al.* (Org.). **Panorama socioeconômico e perspectivas para a economia gaúcha**. Porto Alegre: FEE, 2014. p. 231-250.

MATTOSO, J. **O Brasil desempregado: como foram destruídos mais de 3 milhões de empregos nos anos 90**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

MORETTO, A.; KREIN, J. D. O crescimento da formalização do emprego: como explicá-la. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS DE TRABALHO, 9., 2005, Recife. **Anais...** Recife: ABET, 2005. p. 1-18.

PASSOS, A. F.; ANSILIERO, G.; PAIVA, L. H. Mercado de trabalho: evolução recente e perspectivas. **Mercado de Trabalho**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 26, p. 43-56, fev. 2005. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/bcmt/mt_26h.pdf>. Acesso em: 2 jul. 2006.

POCHMANN, M. **O trabalho sob fogo cruzado**. São Paulo: Contexto, 1999. v. 1.

TONI, M. **Para onde vai o mercado de trabalho?** A tendência à precarização das relações de trabalho: um estudo da Região Metropolitana de Porto Alegre. Porto Alegre: FEE, 2006. (Teses FEE, 8).

TONI, M. Trabalho decente e mercado de trabalho na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA): evolução e perspectivas. In: PICHLER, W. *et al.* (Org.). **Panorama socioeconômico e perspectivas para a economia gaúcha**. Porto Alegre: FEE, 2014. p. 197-229.